

O CONHECIMENTO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E A BASE FILOSÓFICA DE SUSTENTAÇÃO: CONHECIMENTO POR PRESENÇA E SERIEDADE INTELLECTUAL DO COMUNICADOR

RAFAEL LUIS BOEMO, filósofo (UNISUL)

A filosofia aposta na busca da verdade universal e apodítica, aquela que nos conduza ao conhecimento objetivo e sistemático, que nos possibilite dentro das nossas limitações termos ou possuímos o saber, construindo o que diria o filósofo Olavo de Carvalho uma unidade de conhecimento na unidade de consciência do filósofo (CARVALHO, 2009, pg.4). De todas as formas de conhecermos a verdade e a realidade, não há dúvidas que o conhecimento por presença direta, demonstrado pela teoria dos quatro discursos de Aristóteles é o melhor, o que nos dá mais certeza. Os demais conhecimentos, prováveis, verossímeis ou conjecturais são mais fracos e menos confiantes (CARVALHO, 1996). Por outro lado, os meios de comunicação são uma das grandes fontes de conhecimento da modernidade, servem para nos informar supostamente de forma direta o qual não teríamos condições espaciais ou temporais de conseguir. A grande pergunta filosófica seria se esse meio pretensamente imparcial e direto uma forma de conhecimento ou simplesmente uma forma retórica ou erística de discurso?

Atualmente uma das perguntas filosóficas mais necessárias na nossa sociedade contemporânea regulada pelos meios de informação, seria sabermos se a pretensa imparcialidade dos meios de informação é possível e se serviria como forma de conhecimento caso o fosse, ou seja, se nos proporcionaria um real conhecimento. Uma das grandes críticas que se fazem na atualidade seria que os meios de comunicação são parciais, tendenciosos, ideológicos, manipuladores, ajudando a criar as falsas notícias ou *Fake News* (WIKIPEDIA, 2018) ou pior, ajudando a esconder ou ocultar deliberadamente notícias oponentes a sua ideologia ou forma de pensamento, as *Hidden News*.

Não há dúvidas que quando falamos filosoficamente em conhecer a verdade a neutralidade é uma condição necessária e urgente. Essa premissa não se baseia numa premissa positivista modernista, nem tampouco em sonhos cientificistas da verdade, mas sim num princípio básico filosófico e existencial, a verdade do fenômeno está no mesmo, no ente, na coisa ou no objeto que observamos, não na nossa mente. Uma verdade não deve de forma alguma se alterar por opiniões dos outros, já que ela faz parte do próprio objeto em análise. Isso implica já nas primeiras discussões sobre o conhecimento, quando Platão contra os sofistas, afirmara que o conhecimento verdadeiro é *episteme*, científico e apodítico, não resulta de um dogma ou de uma opinião (*doxa*), ou seja, ele existe real-realmente, na realidade existencial que vivemos. Esse princípio embora contestado na idade contemporânea por céticos é necessário para a aposta que cremos a única correta de pensarmos a filosofia, que de acordo com Mário Ferreira dos Santos, Xavier Zubiri, Olavo de Carvalho, Eric Voegelin, Louis Lavelle, assumem o conhecimento por presença condição *sine qua non* da nossa capacidade de conhecer. A participação do sujeito somente se dá porque temos conformações formais ou noéticas que captam as formas inerentes do objeto, ou como diriam os pitagóricos, porque captamos os *arithmoi* dos entes e assim o entendemos.

Isso no entanto nos retorna à reflexão do ponto inicial, se há a possibilidade de sermos verdadeiros mesmo sendo parciais, ou seja, se subjetivamente podemos captar adequadamente os fenômenos mesmo sendo às vezes imparciais. Ou seja, se os meios de comunicação que seguem as diretrizes das respectivas direções dos seus meios, implicando patrocinadores, opiniões ideológicas ou políticas, podem ser meios confiáveis de captar e transmitir informação real e verdadeira? Se sim, há alguma condição ou premissa na qual podemos certificarmos de ser verdadeiros nas nossas opiniões mesmo fazendo parte de uma ideologia, meio social, cultural ou econômico pré-determinados?

Há três opções claras que podemos buscar para resolver esse dilema. Na primeira abdicamos da verdade do ente, nos sustentando somente na verdade do sujeito transmissor da informação. Essa verdade seria o que os escolásticos chamariam de verdade lógica, que é o que os meios atuais de comunicação fazem com relativa frequência mas que perdem necessariamente a credibilidade.

Informam o que está de acordo com as suas premissas e escondem as informações consciente ou inconscientemente que estão em desacordo. É um meio sabidamente falho e atualmente com o prestígio em queda livre já que são logicamente verdadeiros mas hermeneuticamente falsos.

A segunda opção seria apostar na verdade do ente através de uma análise dialética do sujeito conhecedor. Ou seja, reunimos polos ideológicos opostos, deixamos que ambos busquem defender sua posição até encontrar juntos uma síntese unívoca dos fatos. Como dificuldades evidentes dessa forma de mostrar as notícias seria a possível falta de compromisso intelectual de uma das partes, já que um dos pensadores erra deliberadamente, por serem formados de princípios filosóficos diametralmente opostos (sócio-críticos versus neopositivistas) e quererem afirmar unicamente suas posições ideológicas ou quando somente estariam argumentando por grupos de interesse, sejam eles políticos, religiosos, sociais, axiológicos ou econômicos sobre a verdade buscada.

A terceira e última forma de conhecer que cremos ser a mais correta seria baseada em duas premissas essenciais, que devem fazer parte de qualquer formador de opinião ou intelectual digno do seu nome: que tenha claro e atuante em si o conhecimento direto da verdade (CARVALHO, 1996, pg. 96) e que tenha a seriedade intelectual profunda que segundo Antonin-Dalmaces Sertillanges (2010) e Jean Guitton (2010) são essenciais a qualquer intelectual. De acordo com Sertillanges, no livro *A vida Intelectual* (SERTILLANGES, 2010), o intelectual deve ter um querer profundo, sempre responsabilizando sua integridade e sua ética em tudo o que escreve ou informa de forma máxima, tendo voz realmente ativa naquilo que é realmente evidente e evitando opinar em espaços aonde supostamente deve transmitir conhecimento. A opinião não estaria de forma alguma proibida, desde que o mesmo a use nos espaços adequados para tanto, como editoriais, colunas ou espaços destinados em geral ao mesmo e tenha o compromisso de manifestar-se quando não o faz corretamente. Ao mesmo tempo, de acordo com o conhecimento direto da verdade e o grau de certeza, Olavo de Carvalho apoiando-se em Aristóteles, sustenta a importância de expor conhecimento se e somente se as reflexões e as vivências são reais, aquilo que realmente nos conduziu com seriedade suficiente e segurança para não nos enganar. Nos meios de comunicação essas duas premissas seriam condições *sine*

qua non para adquirir respeito e confiança por parte da população: seriedade intelectual no que se discute e transmissão real e vivencial de conhecimento quando tenha reais meios de provar o conhecimento direto e evidente. Essas duas premissas são premissas ao nosso ver indispensáveis para qualquer transmissão de conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Olavo de. **Aristóteles em nova perspectiva. Introdução a teoria dos quatro discursos**. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 1996.

_____. **CURSO ONLINE DE FILOSOFIA. AULA 1**. 2009. Disponível em: <https://www.seminariodefilosofia.org/#> Acesso em: 22 de agosto de 2018.

GUITTON, Jean. **El trabajo intelectual**. Madrid: Ediciones RIALP S.A., 2010.

SANTOS, Mário Ferreira dos. **PITÁGORAS e o tema do Número**. São Paulo: IBRASA, 2000.

SERTILLANGES, Antonin- Dalmace. **A vida intelectual**. São Paulo: É realizações, 2010.

WIKIPEDIA. **Notícia Falsa**. 2018. Disponível em: <
https://pt.wikipedia.org/wiki/Not%C3%ADcia_falsa> Acesso em: 21 de agosto de 2018.